

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
Departamento Acadêmico de Ciências Humanas e Sociais
Geografia – Prof. Alanildo Guimarães

Aluna: Emanuelle C. de A. Fonseca Cód.:201212030311 Turma: 510 - IF

ESTUDO DIRIGIDO

TEMA: Dinâmica Demográfica e Meio Ambiente

1 – Identificar as causas e consequências da variação dos seguintes indicadores demográficos no Brasil (1960 – 2012)

- **Taxa de Natalidade;**
- **Taxa de Fecundidade;**
- **Taxa de Mortalidade;**
- **Expectativa de Vida;**
- **Estrutura Etária (Sexo e idade);**
- **Migrações.**

• TAXAS DE FECUNDIDADE, NATALIDADE E MORTALIDADE

Até o início da década de 1930 o crescimento da população do Brasil contou com forte contribuição da imigração. A partir de 1934, com a adoção da "Lei de Cotas" que estabelecia limites à entrada de imigrantes, o aumento da população dependeu, principalmente, do crescimento vegetativo, isto é, a diferença entre as taxas de natalidade e a de mortalidade.

No entanto, foi depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que o crescimento tornou-se acelerado, devido à diminuição das taxas de mortalidade. Isso é explicado por fatores como a expansão da rede de esgoto, acesso à água encanada, campanhas de vacinação em massa, acesso a medicamentos básicos, entre outras melhorias ocorridas. Entre 1940 e 1960 foi registrada a maior evolução das taxas de crescimento populacional, atingindo em 1960 a taxa de 2,9% ao ano. Este período marcou a primeira fase de transição demográfica brasileira.

A partir da década de 1960, começou a ocorrer uma desaceleração demográfica contínua: a diminuição das taxas de natalidade passou a ser maior que a das taxas de mortalidade, registrando em 2000 um crescimento demográfico de 1,6% ao ano, com tendência à queda. Essa mudança no padrão do crescimento populacional brasileiro mostra uma situação típica da segunda fase de transição demográfica.

A razão fundamental da queda das taxas de crescimento populacional no Brasil foi a diminuição da taxa de fecundidade (média de número de filhos por mulher em idade de

procriar, entre 15 a 49 anos), que caiu de 6,3 filhos, em 1960, para 1,9 em 2010, o que significa que as famílias brasileiras estão diminuindo.

O intenso processo de urbanização, verificado no Brasil principalmente a partir da década de 1960, foi o principal responsável pela redução das taxas de fecundidade e a consequente queda das taxas de crescimento demográfico. É na cidade que as informações e o acesso aos métodos de contra concepção são maiores e foi justamente a partir deste período que a pílula anticoncepcional passou a ser difundida na sociedade brasileira.

As mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho urbano e as famílias passaram a dispor de menos tempo para se dedicar aos filhos. Além disso, na cidade as despesas com a criação e formação da criança são maiores que no meio rural, constituindo um fator inibidor para a formação de famílias numerosas. No caso das mulheres mais pobres, diante da dificuldade de terem acesso a métodos de contra concepção, a esterilização foi a principal opção adotada.

Com o crescimento cada vez mais lento, a população brasileira deverá ser de 222 milhões de habitantes em 2050. Isso pode soar como uma boa notícia para os que profetizam os perigos de uma “explosão demográfica” no país, mas a realidade é outra, e igualmente preocupante há várias décadas. A população brasileira já atingiu uma fecundidade abaixo do nível de reposição. Este declínio deu-se em todas as faixas etárias, estratos socioeconômicos e regiões do país. Outro aspecto a destacar é que a transição da fecundidade obedece a um padrão de rejuvenescimento, ou seja, a partir de 1991 são as mulheres de 20 a 24 anos que apresentam a maior taxa específica de fecundidade, o que correspondia em anos anteriores à faixa dos 25 a 29 anos. Também a participação relativa da fecundidade das jovens de 15 a 19 anos, na fecundidade total correspondente a todo período reprodutivo, passou de 9% em 1980 para 23% em 2006. Essa transição pode ser positiva ou não, dependendo de como a sociedade lidará com essas mudanças. Como a fecundidade caiu muito e a população está envelhecendo, além de a expectativa de vida ter se elevado, no futuro, entre 2030 e 2035, teremos uma carência séria de mão de obra jovem, como acontece nos países mais desenvolvidos, onde há décadas há mais idosos do que jovens, o que coloca cada vez mais um peso sobre a população economicamente ativa. Porém, o rejuvenescimento citado acima, não presente nos países europeus desenvolvidos, por exemplo, mostra que há um fôlego, ainda que, logo, os jovens vão pesar cada vez menos e os idosos, mais.

Analisando os diversos fatores que vieram influenciando a redução do tamanho da família no país, antigamente, as famílias tinham muitos filhos, porque sentiam o efeito das altas taxas de mortalidade infantil e era preciso essa compensação para que houvesse sobreviventes que cuidassem dos pais na velhice. Com a Previdência Social, o Estado assumiu, em princípio, esse papel. Ao mesmo tempo, a política de crédito ao consumidor dos anos 1970 levou as pessoas a ter maiores aspirações de consumo e a pensar em como ajustar desejos de consumo e número de filhos. A grande mudança ocorrida na área das comunicações, em especial com a televisão, que chegou a um grande número de lares e lugares, acabou por influenciar, principalmente através das

telenovelas, valores e estilos de vida, via famílias pequenas. Surgia também na época a pílula anticoncepcional, que certamente deu às mulheres oportunidade de regulação da fecundidade.

- **MIGRAÇÕES INTERNAS**

As migrações pelo território brasileiro estão associadas, como nota-se ao longo da história, a fatores econômicos, desde o tempo da colonização pelos europeus. Quando terminou o ciclo da cana-de-açúcar na região Nordeste e teve o início do ciclo do ouro, em Minas Gerais, houve um enorme deslocamento de pessoas em direção ao novo centro econômico do país. O Ciclo da Borracha atraiu grande quantidade de migrantes para região da Amazônia. Graças ao ciclo do café e, posteriormente, com o processo de industrialização, a região Sudeste se tornou o grande polo de atração de migrantes, que saíam de sua região de origem em busca de empregos ou melhores salários.

Acentuou-se, então, o processo de êxodo rural (saída) migração do campo para a cidade, em larga escala. No meio rural, a miséria e a pobreza agravadas pela falta de infraestrutura (educação, saúde etc.), pela concentração de terras nas mãos dos latifundiários e pela mecanização das atividades agrárias, fazem com que a grande população rural seja atraída pelas perspectivas de um emprego urbano, que melhore o seu padrão de vida. Além disso, o acesso a serviços e ao comércio nas áreas urbanas tornou-se o principal fator de atração para as grandes cidades.

No entanto, o que ocorreu no Brasil entre os anos 1940 e 1990 foi que as cidades não apresentavam uma oferta de empregos compatível à procura, nem a economia urbana crescia na mesma velocidade em que a migração. Em consequência crescia o desemprego e o subemprego no setor de serviços, com aumento do número de trabalhadores informais, vendedores ambulantes e trabalhadores que vivem de fazer "bicos". Associado à falta de investimentos e ao reduzido planejamento do Estado na ampliação da infraestrutura urbana, isto contribuiu para a formação de um cinturão marginal nas cidades, ou seja, o surgimento de novas favelas, palafitas e invasões urbanas.

Atualmente, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, já se registra maior saída de população das metrópoles em direção às cidades médias do interior do que em direção a estas metrópoles, embora estas continuem tendo crescimento populacional total positivo. A principal causa desse movimento é que estas metrópoles atualmente não apresentam taxas de crescimento econômico tão significativas, a infraestrutura de transportes é geralmente problemática, acompanhando uma relativa precariedade no atendimento de praticamente todos os serviços públicos, com índices de desemprego e criminalidade mais elevados do que a média das demais cidades. Já as cidades do interior do país, além de estar passando por um período de crescimento econômico, oferecem melhor qualidade de vida à população.

As migrações internas têm sido alvo de análise, não apenas como resultantes de eventuais desequilíbrios econômicos, sociais ou demográficos, mas, principalmente, como elementos da organização espacial de uma sociedade. A migração pode ser definida como mobilidade espacial da população. Atualmente a maior parte das migrações não são mais inter-regionais, mas ocorrem dentro da mesma região. Além disso, alguns estados que tradicionalmente apresentavam mais emigração tornaram-se regiões de imigração, como Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

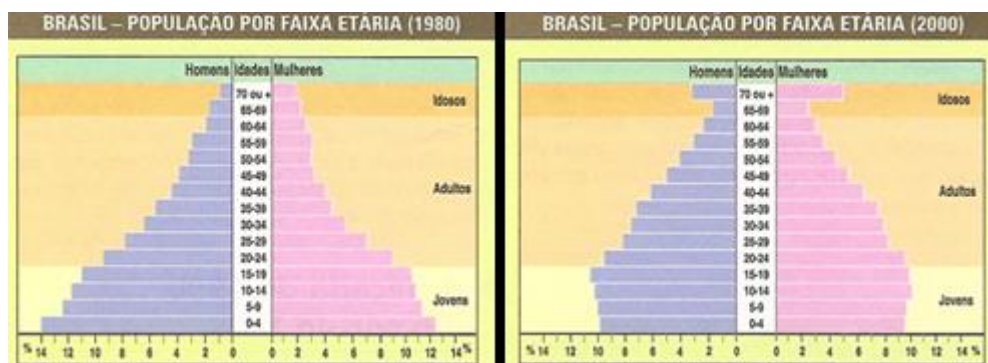
- **ESTRUTURA ETÁRIA, EXPECTATIVA DE VIDA**

O padrão das taxas de mortalidade por idade sofreu uma significativa alteração no transcurso dos anos 80, ocasionado, por um lado, pela redução da mortalidade nas primeiras idades, e, por outro, pela elevação brutal das mortes de jovens e adultos jovens por causas externas. Este fenômeno tem incidido com maior intensidade sobre o sexo masculino a ponto de reduzir os ganhos na esperança de vida masculina e de aumentar os diferenciais de mortalidade entre homens e mulheres.

A aplicação mais eficaz de programas sociais e de projetos de distribuição de renda favoreceu o crescimento da expectativa de vida em regiões como o Nordeste, onde todos os programas geraram impacto positivo na região: houve aumento na qualidade de atendimento de pré-natal, transferência de renda propiciada pelo Bolsa Família e melhor instrução.

Por conta de fatos como estes, as últimas pirâmides etárias do Brasil mostram que a base está se tornando cada vez mais estreita e o ápice mais largo. O corpo está cada vez maior, refletindo a diminuição das taxas de crescimento vegetativo. Isso resultou na mudança do perfil da pirâmide etária da população brasileira.

Em 1980, a idade média da população brasileira (idade que separa os 50% mais jovens dos 50% mais velhos) era de 20,2 anos; em 2000, era de 24,2 anos. Em 2050, será de exatos 40 anos.



Brasil - População por faixa etária (comparação entre 1980 e 2000).

A composição etária reflete-se na estrutura da população economicamente ativa (PEA), que é formada por pessoas que exercem atividade remunerada. A população em idade ativa (PIA) compreende as pessoas com idades entre 14 e 65 anos. Em 2003, havia no Brasil cerca de 87,7 milhões de pessoas no mercado de trabalho na condição de ocupadas, ou procurando emprego. Isso representa 61,4% da população em idade ativa. Desse contingente, 20,7% no setor secundário; e 51,3% no setor terciário. Outra característica marca o mercado de trabalho no Brasil - 40% dos trabalhadores não têm carteira assinada e apenas 47,7% contribuem para a Previdência.

A taxa de atividade deve ser entendida como o percentual de população de 10 anos ou mais que participa efetivamente do mercado de trabalho, estando empregada ou não. O envelhecimento da população e a menor participação das crianças no mercado de

trabalho foram responsáveis pela pequena diminuição da taxa de atividade no Brasil, na década de 1990.

A razão de dependência expressa o peso das crianças e dos idosos sobre a população em idade ativa. Em 1980, para cada brasileiro com mais de 65 anos havia 14,4 em idade ativa. Em 2000, essa proporção passou para 11,9 possíveis trabalhadores para um provável aposentado. Em 2050, deverão ser apenas 3,4 pessoas em idade ativa para cada brasileiro com mais de 65 anos.

Até meados do século XXI teremos uma população envelhecida. Mas, no caso brasileiro, ainda há tempo de se aproveitar isso como um 'bônus demográfico', não mais viável no caso europeu. Na educação, por exemplo, a redução do ritmo de crescimento da população ao lado do envelhecimento podem ser um bônus, já que há chances de melhorar a cobertura e a qualidade do ensino. Diminui-se a pressão também sobre os recursos naturais e o meio ambiente, permitindo uma arrancada no desenvolvimento e um aumento na qualidade de vida, desde que esse bônus seja inteligentemente aproveitado. Se perdermos essa chance ficaremos apenas com as desvantagens de uma população envelhecida, que pode significar a queda no crescimento econômico face à crise no mercado de trabalho e o peso dos velhos sobre os mais jovens.